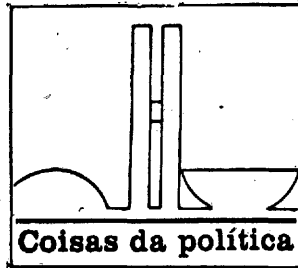


Sarney

JORNAL DO BRASIL

Cuidado com o andor que o santo é nosso

-ESSAS greves vão desabar em cima de mim — queixou-se o Presidente José Sarney, desabafando com um amigo, ainda durante as indefinições tensas da interinidade e diante de um relatório do SNI que previa 49 movimentos grevistas programados para a escalada dos próximos dias.



Coisas da política

No que talvez seja um bom sinal de novos tempos, o SNI errou para menos no anúncio da explosão de reivindicações dos trabalhadores: as greves, por todo o País, já andam acima da casa dos cinquenta. Por enquanto, porque há outras classes que estão se preparando para engordar o total.

Certamente que um regime democrático, especialmente quando escancara as janelas e deixa entrar o jorro de claridade, deve estar preparado para conviver sem sustos com greves, reivindicações salariais e até alguns excessos condenáveis — e que todos sabem, por experiência universal, inevitáveis. É um preço a pagar e bem mais módico do que alta conta da violência boçal, que tranca portas e calafeta venezianas e que pensa que está apagando a luz do sol, quando está apenas fabricando a escuridão.

Agora, neste momento, os débitos que estão sendo reclamados da sociedade alinham velhas parcelas acumuladas em anos de arbítrio e de coerção policial. As águas represadas arrebentaram as paredes de lama dos açudes artificiais e descem morro abaixo. É hora da enxurrada, da avalanche. Há muita gente cega pela intensa iluminação súbita de esconsos e que esfrega os olhos e aperta as pálpebras para se acostumar com o alubrimento.

É muito cedo para o alarme dos cautelosos. A fase que estamos vivendo não foi pressentida apenas pela sensibilidade de um político militante como o Presidente José Sarney. Mas por todos os que conhecem os sobressaltos da euforia da transição e já viram muitas vezes essa mesma fita no cinema da vida, ou nas retrospectivas da história. Estamos no momento exato em que os empedernidos saem da toca com a soturna advertência, devidamente ajustada às suas conveniências e interesses, reclamando o basta.

Agora, que sempre provoca alguns arrepios de medo, lá isso não se pode negar num depoimento sincero. Todos estamos sobrevivendo a duros tempos de uma tal excepcionalidade que poucos se dão conta de que são testemunhas de uma fase para se contar aos filhos e netos, e deixar o registro da rica experiência humana de cada um.

Todo mundo se pergunta e indaga dos outros se vai dar certo ou se não corremos o risco de um retrocesso.

Não é difícil imaginar as aflições do Presidente José Sarney. Neste 1º de maio, o Presidente, que assumiu o cargo literalmente sem querer, preparou com cuidado um grande lance. E executou com compe-

tência e perfeição. O reajuste do salário mínimo acima do INPC, significando uma modesta devolução do que foi arrancado do bolso e da mesa do pobre, conjugado ao índice de 7,2% da inflação de abril, deveria não apenas representar um alívio no sufoco social, como pretendia passar para os trabalhadores um sinal de que o Governo cumpria o compromisso da prioridade prometida por Tancredo Neves — e confirmada pelo seu substituto — para os problemas sociais. O Governo começava de fato o seu mandato, passando a mão na cabeça dos trabalhadores, como quem pede compreensão e trégua, num gesto que é um aceno de aliança.

Ora, o aumento do salário mínimo dividiu os espaços com o noticiário das greves. Nenhum claro indicio de júbilo: A opinião pública só tem olhos para acompanhar, com o coração apertado, as notícias sobre os movimentos grevistas, seus instantes de exagero e excesso, as cautelosas declarações das autoridades, sugerindo moderação, ponderando com sibilinas e dissimuladas ameaças de aplicação da infame lei de greve, um instrumento da estupidéz ditatorial, mas que é a única que temos. Não há outra.

Por ora, apenas alguns calafrios que passam como o fríume que corre pela espinha quando se passa, à noite e sozinho, pela porta do cemitério.

Ninguém de bom senso e espírito desarmado nega a legitimidade das reivindicações que esperaram tanto tempo e que agora se impacientam, no atropelo da redescoberta da democracia.

Mas talvez não seja impertinente colocar algumas ajuizadas ponderações.

O Governo do Presidente José Sarney não foi planejado nem resultou de um lance político, de uma jogada de habilidade e esperteza. Aconteceu numa volta do destino, é a resultante de uma fatalidade que ainda traumatiza o País. Ele, portanto, não é um projeto próprio, não representa a vitória de um partido ou de uma coligação. Pode muito mais ser definido como um instrumento para a transição. E com a marca poderosa que é a sua sustentação: é a única saída constitucional, rigorosamente a única.

Como não é um governo de ninguém, é, em certo sentido, um governo de todos. Quer dizer: ele serve a todos, na medida em que cumpra o seu papel histórico de salvar a mudança, garantir a travessia, facilitar a implantação da Nova República, com todos os seus compromissos políticos e sociais. E, justiça seja feita, até agora o Presidente José Sarney não deu motivos para uma crítica séria. Não recuou, não desconvorsou, não decepcionou.

Convém ter um pouco de cuidado com ele. Pois ele é fraco demais para suportar crise e suficientemente forte para efetivar a sua proposta de operar as mudanças. E depois é bom não esquecer de uma evidência: o Governo do Presidente José Sarney é um telhado armado em cima das nossas cabeças. Se cair, desabará em cima de todos. Das nossas pobres cucas desprotegidas, das nossas moleiras paisanas.

VILLAS-BÓAS CORRÊA

Repórter político do JORNAL DO BRASIL